

## O Pôrto contra Junot

EM 1807 o Tratado Secreto de Fontainebleau liga a Espanha à França, no mesmo interesse fementido de partilhar Portugal. Em fins desse ano Junot entra em Lisboa espumando de raiva ao ver que não chegava a tempo de tomar sob a sua *protecção* (1) a Família Real Portuguesa. Simultaneamente tropas espanholas invadem o país. O Alentejo e o Algarve são ocupados pelas forças do Marquês do Socorro, o Norte por 10.000 homens de Taranco. O Pôrto fica sob o domínio deste general. D. Francisco de Taranco e Lhano não agravou os portuenses e, quando em Janeiro faleceu (duma indigestão...), a sua morte foi geralmente sentida (2).

(1) Muito se troçou esta expressão. Junot, na sua proclamação de 27 Nov. 1808, dizia:—*Napoléon, mon maître, n'envoie pour vous protéger—je vous protégerai*. Foi tal a protecção que até os rapazes em Lisboa, quando queriam bater nalgum companheiro, usavam freqüentemente da seguinte frase:—*Espera aí que te vou proteger os narizes com dois murros*. (*Correio Brasileiro e Aperçu nouveau sur les campagnes des Français enPort. etc.*, Paris, 1818. Pág. 71).

(2) «*Relação da Viagem de Junot a Portugal contada por elle mesmo*», Lisboa, 1808. Pág. 5 nota.

Durante largos sete meses Junot governa  
em Portugal e publica—na jovial expressão de  
*Marfiro Cândido, Pastor do Douro!*—

Decretos sôbre decretos  
Que até fazem rir a gente.

Primeiro a Paz proclama  
E sincera protecção;  
Livrar-nos do captivo  
De huma estrangeira Nação.

Já pensa que tem disposto  
A Lusa Gente invadida;  
Que he manada de cordeiros  
De taes lobos illudida.

Diz, que ha-de encanar os Rios,  
Calçar de novo as Estradas,  
Dar novos Camões à Beira,  
E outras mil trapalhadas.

Tira a Mascara nefanda  
E decreta de repente  
Que João, pois lhe escapara,  
Deixara de ser Regente.

Que a seu Amo pertencia  
Deste Reino a Governança;  
Abolida outra Regencia  
Mesmo a Casa de Bragança.

Foi de cego a bordoadada  
Que indispoz os Portuguezes  
Que, apezar de desarmados  
Quizerão comer Francezes.

Quarenta milhões de Francos  
Da primeira vez lhe pede,  
Resgate das Propriedades,  
Que a toda a gente fede.

Mas não para aqui a sêde  
Dobra suas extorsões  
Tributos sobre Tributos  
Rouba ao Templo os Lampiões.

Assim, sem brilho nem eufemismos, se exprime Marfiro Cândido na sua *Trombeta Métrico-Analítica contra os planos, e imposturas de Napoleão e seus satélites* (1).

Em junho de 1808, comandava as tropas espanholas no Pôrto o Marechal de Campo Belestá, directamente subordinado a Quesnel, em Março nomeado por Junot governador das Armas da Divisão do Norte. Com Quesnel tinham vindo uns setenta dragões e artilheiros franceses que formavam a sua guarda, além de alguns empregados, também franceses, para várias repartições. O delegado da policia era Perron, o célebre Perron «que levava por cada passaporte 1040 e que exigia tributos dos *Segeiros, Arrieiros, Botequineiros, Têndeiros* e até das *Meretrizes*» (2). Era Corregedor-Mór—que é como quem diz

(1) Lisboa, 1811.

(2) Fr. Joaquim Soares—*Compêndio Histórico dos acontecimentos mais célebres... desde a entrada dos francezes em Portugal até à segunda restauração deste...* Coimbra, 1808, pág. 23.

«Espião-Mór» (1)—da Provincia de Entre Douro e Minho Amadeu Taboureau.

Uma fermentação surda vai lavrando na cidade contra os opressores, contra as suas insolências, contra as suas extorsões (2). Os ultrajes sofridos não tem conta. A ignominiosa afronta infligida nas Caldas a um Regimento do Pôrto clama vingança (3). Conspira-se. Em casa do

(1) *Relação breve e verdadeira da entrada do exército francês em Portugal*. Lisboa, 1809, pág. 61.

(2) Como exemplo transcrevemos do *Livro de Lembranças*, n.º 6, da Santa Casa da Misericórdia do Pôrto, fls. 198 v. e 199, uma relação de pratas entregues aos franceses:—Da Igreja da Miz.—entregarao a Carlos Miz.º de Miranda como thesoureiro da contribuição imposta a este Reino pelo Governo Francez em 15 de Março de 1808=5 alampadas—Caldeira de agua-benta—hissope—Thuribulo—Naveta—Vaso de Lavatorio da Communhão—Jarro e bacia de Lavabo... total: 208 marcos—8 onças—4 oitavos.

Da Igreja do Recolhimento de N. S. da Esperança entregaram ao recebedor das Decimas, João Ribeiro de Faria em 15 de Março de 1808=Huma alampada, thuribulo, naveta, humas galhetas e prato respectivo, um meio corpo de imagem de S. Lazaro... total: 64 marcos e 4 oitavos.

(3) «Estava acantonado naquella Villa o valeroso Regimento 2.º do Porto, que os Francezes temião, como quem ainda se doia das feridas da guerra do Roussilhon; succede um pequeno motim, suscitado pelo Capitão de hum destacamento Francez, que pertendeu abusar de huma mulher, que lavava quasi ao fim da Villa, que tudo não passou de huma briga particular, que o Cadete *Vasconcellos*, do dicto Regimento, desfez com um taco de bilhar: da-se parte ao General *Junot*, que aproveitando a ocasião publica o facto em caracter de subleva-

Desembargador Joaquim Rodrigues Botelho reunem-se, às noites, alguns patriotas revoltados formando uma «assembleia amante do Príncipe Regente». «Aqui sempre se ralhou» e ralha «altamente contra Napoleão, seu Governo e Emissários, apesar das proibições e espias», contam-se as últimas novidades, discute-se, desabafa-se. Depois todos saem a passear provocantemente pela porta do Governador, do Corregedor-Mór «mofando sempre de tais tratantes». A policia vigia a casa. Mas as reuniões prosseguem. No grupo há moderados e exaltados. Estes resolvem liquidar Quesnel, o Taboureau e alguns mais. Traçam cuidadosamente o plano da conjura. Preparam tudo—a hipótese de um fracasso é mesmo prevista (1).

Por todo o país borbulham mal contidos assomos de revolta. Já as prepotências dos franceses custam a suportar. As suas rapinas, as

ção, e faz marchar sobre aquella Villa 48 homens, e 4 peças debaixo do commando dos Generaes Loyson e Thommiers; e correu de plano, que a ordem, expedida pelo General em chefe aos dictos Commandantes, finalizava pelas crueis expressões: *Fusilez, fusilez, fusilez*. Thommiers queria victimas. Pediu ao Juiz de Fora que escolhesse algumas pessoas que fizessem menos falta. Os franceses chegarão às Caldas a 5 de Fevereiro de 1808; no dia 9 forão fusilados, sem provas e sem audiencia, nove portuguezes. «No dia seguinte à execução desfazem o dicto segundo Regimento do Porto; calcão as suas Bandeiras; e despedem com ignominia Soldados e Officiaes.» *Relação breve, etc.*, pág. 67 e seg.

(1) Fr. Joaquim Soares, op. cit., pág. 26.

suas atrocidades ultrapassam todas as medidas. Tem Junot o cuidado de ocultar aos portugueses o que se passa em Espanha. Só secretamente, muito vagamente, se sabe alguma coisa. Mas chega um dia em que, no Pôrto, se torna conhecida com segurança a cilada de Baiona. Napoleão atraíra àquela cidade a Família Real Espanhola sob um falso pretexto, e extorquirá-lhe a abdição da Corôa em seu favor, reservando-se a faculdade de poder dispor dela como bem lhe parecesse. Isto e a tragédia de Madrid de 2 de Maio foram o sinal de reacção. Toda a Espanha estava revoltada, desiludida.

E em 6 de Junho, pelas 6 da tarde, o comandante das tropas espanholas no Pôrto, D. Domingos Belestá, prende, por ordem da Junta Revolucionária da Galiza, Quesnel e os franceses que estavam na cidade: Perron consegue escapar-se (1). Imediatamente começa os preparativos de partida para Espanha e convoca para uma reunião a Câmara, o Brigadeiro Luís de Oliveira da Costa e o Chanceler Governadôr das Justiças, Manuel Francisco da Silva Veiga Magro de Moura.

O officio enviado à Câmara reza assim:

Ill. mos S. res Presidente e Individuos  
dela Camara de Oporto

La pontual y exacta ovediencia que devo dar y doy à los ord. s del Governo Español para conservar el buen orden y ascutada disciplina dela tropa Española de q. e

(1) *Observador Português*, pág. 322.

soy Comand.<sup>te</sup> Gen.<sup>l</sup> hasido siempre y en todas circunstancias el fin y objeto de mis desvelos. Apesar de ellos no me ha sido posible hacerme sordo à los justos e repetidos clamores de unos Gefes y tropa q.<sup>e</sup> haviendo guardado una fiel alianza com la francia por muchos años, en el dia seven desatendidos y en la maior indignencia p.<sup>r</sup> faltar-lhes parte de Sus pagos y haveres del mes anterior, y del Corriente sin embargo de q.<sup>e</sup> con varias ofertas seha querido desculpar este abandono. Estos poderosos motivos y outros que manifestaré a V. SS. II. decidieron al Ex.<sup>mo</sup> S.<sup>r</sup> Gen.<sup>l</sup> Frances aconstituirse Presionero de Guerra del Ex.<sup>to</sup> Español se le ha tratado, y trata con la circunspeccion y decoro q.<sup>e</sup> esige su recomendable caracter. Este acontecim.<sup>to</sup> esige q.<sup>e</sup> V. SS. II. lo segan para q.<sup>e</sup> immediatam.<sup>te</sup> se reunam en mi casa a efecto de acordarlo conveniente sobre su ministro pronto de Caudales, vagages, y viveres necessarios alà marcha demi Ex.<sup>to</sup> disponiendo V. SS. II. desde luego se publiquem los vandos conducentes a que estos Naturales guardem la buena armonia q.<sup>e</sup> hasta aquí con los Españoles, y aunque asi lo espero por las repetidas prueças de union y amistad q.<sup>e</sup> tengo observado, hago a V. SS. II. responsables de qualquiera alboroto o Comocion popular q.<sup>e</sup> será castigada militarmente y espero una prontissima execucion sin disculpa ni pretesto de quanto queda manifestado y V. S. II. me avisará el recivo de este Oficio. Dios gue a V. SS. II. muchos años oporto Seis de Junio de mil oicho cientos e oitho» Domingos Belestá. Ill.<sup>mos</sup> S.<sup>res</sup> Presidente e Individuos dela Camara de oporto.» (1)

Belestá não diz a principal razão da sua retirada e da prisão dos franceses, embora a alegada falta de pagamento às tropas espanho-

(1) *Livro 17 do Registo da Câmara do Pôrto*, fls. 29 v. e seg.

las—o que também se dava com as portuguesas (1)—fôsse uma importante causa de descontentamento. Nota-se que Belestá é, calculadamente, um pouco enigmático.

Nessa noite aos Camaristas, aos magistrados (2), ao Brigadeiro Oliveira, à assembleia, o general espanhol, depois de falar sôbre os motivos da sua attitude, dirige as seguintes palavras:

«Quando entrei neste Reino livres os achei, e agora retirando-me livres os quero deixar; resta-me porém saber o Governo que querem, se *Português* com a Casa de Bragança se *Francês*».

Responde sem hesitar o vereador Tomás da Silva Ferraz:

(1) Thiebault—*Relation de l'expédition du Portugal faite en 1807 et 1808 par le premier Corps d'observation de la Gironde*. Paris, 1817, pág. 109 e nota.

(2) À reunião compareceram o Presidente da Câmara e Juiz de Fora Luís Barbosa e Mendonça, os Vereadores Bernardo de Melo Vieira da Silva e Menezes, e Tomás da Silva Ferraz. O Chanceler das Justiças faltou mas em seu lugar foram seis Desembargadores: Estanislau José Brandão, João de Carvalho Matheus da Silva Ferrão, Vitoriano José de Cerveira Botelho do Amaral, João Bernardo Cardoso, Francisco Sabino da Costa Pinto e António Pedro de Alcântara Sá Lopes. *Obs. Port.*, pág. 323.)

Um dos vereadores que não compareceu, desculpou-se mais tarde dizendo que andava «doente e a tomar banhos tépidos por causa duma retenção». O pior é que houve quem o visse a passear àquela hora. (*Liv. das Vereações da Câm. do Porto* n.º 98, fls. 92 e seg.)



«Eu, a Camara e a Cidade nada mais desejão, que o antigo e suspirado Governo do *Principe Regente Nosso Senhor* e requeremos que imediatamente seja restabelecido, que logo se descubram as Armas, arvorem as Reaes Bandeiras e todos os processos se façam em seu Augusto Nome» (1).

Todavia ainda há quem impugne esta «gloriosa preposição». É o medo. Mas por fim todos se põem de acôrdo. Resolvem igualmente tratar de reorganizar os dois regimentos extintos, chamar os Auxiliares e dar armas às Ordenanças (2).

Em 7 de Junho a bandeira das quinas tremula de novo na cidade. Os patriotas portuenses exultam. Reza-se um *Te-Deum*. No Castelo da Foz às 3 e meia da madrugada, é solenemente arvorada a bandeira nacional. O capelão P.<sup>o</sup> José Barbosa Pereira Maciel, o comandante Raimundo José Pinheiro e outros oficiais fazem nesse dia no Castelo, em acção de graças, grandes festas à Senhora do Rosário (3). Repicam os sinos da fortaleza e os da freguesia. Os canhões salvam com 21 tiros (4). Raimundo comunica o que se está passando, ao comandante do brigue inglês *Eclipse*. O escaler de Saúde e, a seu exemplo, os

(1) *Obs. Port.*, pág. 233.

(2) *Liv. Vereações*, cit. loc. cit.

(3) Henrique Duarte Sousa Reis. *Apontamentos para a verdadeira Hist. antiga e moderna da cidade do Pôrto*—Ms. da Bib. Pública Municipal do Pôrto, vol. II, pág. 424.

(4) *Obs. Port.*, pág. 323.

barcos nacionais surtos no Douro ostentam a bandeira portuguesa. Belestá retira com os seus homens e os seus prisioneiros, deixando à Câmara uma carta fechada e lacrada para Junot. O Senado envia, por um próprio, este officio ao seu destino juntamente com uma carta submissa e respeitosa cuja cópia no Livro de Registo da mesma Câmara, mais tarde, mão desconhecida, riscando e rabiscando, pretendeu tornar ilegível (1).

Só três dias dura a nova situação. O Brigadeiro Luís de Oliveira da Costa, que tinha sido nomeado Governador Interino da Cidade, faz, no dia 9 ao meio dia, arrear as bandeiras nacionais, e manda prender o major Raimundo José Pinheiro. Mas Raimundo tem artes de se escapar. O Superintendente da Alfândega prende o filho do Patrão-Mór por ter arvorado uma bandeira portuguesa na Ponte (2). Oliveira chama para o Pôrto os Regimentos de Milícias de Penafiel, Maia e os do Pôrto que estavam na Província. Licencia os officiais que muito bem entende, e volta a *governar em nome de Napoleão*.

No entanto os portuenses não permanecem inactivos. Salienta-se Raimundo Pinheiro. Oculto, vai trabalhando activamente. Faz espalhar «a notícia da vinda de um exército espanhol» o que «aumenta o espirito restaurador». De cumplicidade com as trevas da noite corre as ruas, afixa

(1) *Livro 17 do Reg. da Câmara*, cit., fls. 30 v. e seg.

(2) *Obs. Port.*, pág. 324.

editais, rasga os de Junot. «Maquina quantas astúcias lhe são possíveis para acelerar a sublevação total» (1).

Com grande ansiedade espera-se, a todo o momento, a noticia da prisão de Junot em Lisboa, como Bellestá ordenara ao seu colega Carafa.

Mas o rato apanhara o gato.

Habilmente, astuciosamente, os espanhois foram desarmados e presos por Junot. Diz-se que Carafa, tendo recebido ordens da Junta de Sevilha no mesmo sentido das de Bellestá, as apresentara ao recente Duque de Abrantes, traindo assim os seus compatriotas (2).

No Pôrto, pelas esquinas, são afixados ameaçadores editais de Junot: Bellestá não voltará a pôr os pés na cidade; ninguém — *nem por fumo* — poderá pronunciar o nome do *Principe desterrado*; ordenam-se devassas contra todos aqueles que fomentem revolta contra Napoleão ou falem contra êle.

Mas tudo isto que importa? Já nada terá mão na sublevação que começa.

(Conclui no próximo número).

ARTUR DE MAGALHÃES BASTO.

(1) *Obs. Port.*, pág. 324.

(2) *Relação breve*, etc., cit. pág. 73, nota 1.